

Combate em duas frentes

UMA VISÃO global da inflação brasileira é a contribuição que o Presidente do Banco Central, Francisco Gros, oferece para um debate mais realista e consequente sobre o principal foco de instabilidade da economia. Os conceitos por ele emitidos em entrevista ao GLOBO chegam num momento de preocupação explícita do Governo diante dos efeitos da liberação gradativa dos preços no índice inflacionário de julho, a ponto de justificar um ultimato das autoridades econômicas aos responsáveis por reajustes ditos abusivos. Em decorrência do susto governamental, acentuaram-se as incertezas no ânimo público quanto aos próximos desdobramentos da situação criada.

GROS distingue entre o que se pode fazer no curto prazo para manter a inflação relativamente controlada, e o que é preciso fazer para atacar o mal pela raiz e atingir, enfim, o equilíbrio das finanças públicas (federais, estaduais e municipais).

É um enunciado que ao mesmo tempo desfaz a ilusão de qualquer vitória voluntarista, intervencionista, mágica ou traumática contra a inflação, e abre a perspectiva de uma bem-sucedida estratégia de soluções estruturais. Vale dizer, soluções reformistas, tendo como pedra angular a revisão — politicamente negociada — da Constituição de 1988, naqueles dispositivos que impedem o Governo de administrar a crise econômica na medida exigida pelos seus

desafios, resistências e impasses.

OS constituintes partiram da premissa de um Brasil perfeito, em condições de funcionar com as estruturas administrativas e econômicas do status quo e precisando apenas amarrar o poder central a uma série de limitações. Em matérias fundamentais para o desenvolvimento do País e a modernização do Estado, adotaram alternativas do anacronismo nacionalista e do sistema de privilégios na administração pública.

O CERCÃO constitucional começa por restringir a mobilidade do Governo no controle da máquina administrativa federal e do orçamento, ao que se segue o esvaziamento de sua capacidade financeira mediante uma partilha de verbas que beneficia os Estados e Municípios sem lhes transferir encargos.

ENQUANTO as reformas estruturais procuram ainda a sua atmosfera, a experiência das fórmulas imediatistas demonstra que nem a política de choques intermitentes nem "uma brutal recessão" (palavras do Presidente do BC) são capazes de liquidar o processo inflacionário. Esgotaram-se os remédios intervencionistas, assim como as operações de urgência cobradas insistentemente pelo FMI.

O CAMINHO das reformas é o único que aponta para uma saída consistente, a qual, além de atender às nossas dificulda-

des internas, estará a serviço da credibilidade externa do País. Já em movimento, a reforma fiscal aumentará a arrecadação do Estado por uma direção oposta à do agravamento da carga tributária: o que se pretende é reduzir ao mínimo a salada de impostos e taxas e as desigualdades de tratamento fiscal e social que daí decorrem para a massa contribuinte.

ESSAS conclusões, entretanto, não tornam o Governo imune a responsabilidades no plano do combate tático à inflação. O que hoje se apresenta como uma nova ameaça de explosão dos preços pode ter tanto a ver com o procedimento dos agentes econômicos privados como com a verificação de que o Governo está gastando mais do que arrecada, por nem ter alcançado o correto necessário de despesas nem as metas de crescimento da receita. As contas públicas vivem sitiadas por compromissos que advêm de múltiplas e concomitantes pressões, sejam as do endividamento dos Estados ou as do reajuste salarial do funcionalismo.

AS BATALHAS do curto prazo, embora não envolvam a essência do problema inflacionário, terão que ser bem conduzidas para que desse bom desempenho o Governo retire dividendos de confiança pública e se torne, então, convincente ao convocar o Congresso e a sociedade para as reformas estruturais indispensáveis.